

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável



INSTITUTO
FEDERAL
Santa Catarina
Câmpus
Caçador



Ano 2020



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável


**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina
Câmpus
Caçador


Atena
Editora
Ano 2020


**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL


CNPq

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Eduardo do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R314 Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia [recurso eletrônico] / Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-244-9
DOI 10.22533/at.ed.449200308

1. Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado.
2. Educação. 3. Ciência. 4. Tecnologia. I. Nascimento, Eduardo do.
CDD 370.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

CONTESTADO TEMPO PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Com os avanços da informatização e das redes de recursos externos, os territórios estão cada vez mais conectados. Com uma necessidade cada vez mais evidente de trabalho em rede e em conjunto, os pesquisadores e demais profissionais direcionam seus estudos e trabalhos para uma perspectiva cada vez mais unida e com fortes contribuições ao meio onde estão inseridos.

Nem sempre houve interesse em conectar as vivências do interior, a comunicação e seus processos tradicionais que se revelam essenciais à vida humana. De uns tempos para cá o interior ganhou voz e hoje se tecem diálogos, que nos parecem cada vez mais necessários, por intensificarem o acesso a práticas capazes de alterar as reduções das desigualdades em espaços antes nunca visitados sejam pelas iniciativas privadas ou públicas. No arcabouço geral da teoria da tríplice-hélice, um movimento que engrena governo, universidade e empresa, há um desenho essencial para compreensão desta formação de capital, especialmente social, no bojo de uma estrutura necessitada de acesso, considerando a sociedade como base do modelo.

Mais que o capital meramente gerado em torno de uma exploração de mão de obra, é preciso colocar no cerne da questão a sociedade. Esta, sendo uma das beneficiárias das práticas de interiorização. Há de se dizer, e parece não ser exagerada essa visão, que a interiorização da rede federal de educação, ciência e tecnologia, para educação profissional e tecnológica, corrobora com essa interpretação.

Iniciada nos idos dos anos 2007, a interiorização torna-se uma pauta desenvolvimentista pelo governo Lula, sendo dali em diante um estopim de processos expansionistas e de interiorização seja pelo ensino superior com o REUNI (programa de reestruturação universitária, ou pelos programas de expansão da rede federal). Antes o acesso às universidades e institutos federais, antes conhecidos como CEFETs, se dava apenas em grandes centros e especialmente os inseridos nas regiões litorâneas, temos que nesse instante, novos rumos são levados a instalar campus em regiões com potencial de desenvolvimento e com alto índice de desigualdades.

Diante dessa celeuma, nota-se que a região do contestado se enquadra nesse quesito, especialmente quando observados alguns números pertinentes. Estes números expressados pelos indicadores adotados pelo governo do estado em seu programa de redução de desigualdades em 2016, ajuda a entender essa preocupação com o desenvolvimento local da região contestada.

Nesta seara, ainda mais intensa e preocupante, são os indicadores de violência, baixa escolaridade e acessibilidade em Caçador e demais municípios pertencentes a região central do contestado. Nisto vê-se que o processo de exclusão e silenciamento iniciado ainda quando da guerra, não se encerrou. O capital regional se concentra em poucas mãos, os salários são baixos e a exploração da mão de obra continua a todo o vapor. Tudo

isso ainda com cara de meritocracia, quando os serviços básicos de assistência e saúde sequer são prestados em essência para a comunidade local.

Diante desta pobreza, inclusive cultural, remontam às necessidades de entender as desigualdades no contexto do Contestado. Essa lacuna mais que exacerbada diante destes documentos e estudos, revelam ainda que a falta de acesso não só na educação, reflete também na cultura e seus processos formativos de sociedade. Historicamente, os cinemas da cidade viraram lojas de departamento. Não há um teatro local adequado e público formado para consumir estes produtos. Os espaços para artistas e demais entusiastas são quase nulos. Um processo de resistência com o tempo e com a cidade se desenha quando deste acesso: inexistente, porém não nulo, pois as paredes e muros da cidade reverberam este pensar.

Essa observação corrobora com o contexto das propostas que se ensaiam e se concretizam desde 2018 o Contestado. Com a instalação de campi tanto do IFSC quanto do IFC, além de um da UFSC em Curitiba, revelam da importância do contestado para práticas de educação, e seus efeitos de extensão e pesquisa. No entanto, essas instituições até então não conversavam, nem se conheciam de forma efetiva. Assim, atividades em rede praticamente eram inexistentes.

Com os cortes que atingem a educação de forma sistemática este processo de fala e comunicação, também se encontrava defasada e até mesmo desanimada em razão das dificuldades orçamentárias em torno da questão. Em 2018, um grupo de entusiastas capitaneados pelos servidores Letissia Crestani, museóloga do museu do contestado, do professor Júlio Corrente, da área de história e então coordenador do museu e da Cristiane Dobner, assessora da secretaria de desenvolvimento econômico de Caçador, tomaram por decisão propor às agências de fomento um plano de eventos.

Esses servidores públicos, somados a este autor, submeteram ao CNPq um pedido de recursos públicos para eventos de popularização da ciência no edital da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, em 2018. Naquela oportunidade o texto desenvolvido, trabalhou a perspectiva da redução das desigualdades com uma grande contextualização de um temário emergente regional. Diante daquela oportunidade se desenhou os eventos de 2018, 2019 e 2020, consolidando uma rede de parceiros que agora conversa e dialoga em prol do desenvolvimento científico e tecnológico regional, sendo mais uma frente de discussões e debates que as instituições de ensino puxam na região.

Já em 2019, o grupo toma corpo com pesquisadores de renome e de caminhada científica para contribuir com essa popularização da ciência no contestado. Eduardo do Nascimento, doutor em engenharia de materiais, assume o comando conectando ao saber da academia, já excelentemente construído por Letissia Crestani, e as necessidades populares com as ideias de uma rede de desenvolvimento sustentável, e com construções de espaços multifacetados que integram o saber acadêmico e as emergências sociais enxergadas no contestado.

Em 2020, a ideia de um congresso do contestado, um segundo congresso aliás, se alinha às realidades dos IFs do interior. Sem tantos eventos e reuniões de popularização

do saber, constrói-se uma segunda edição do evento. O primeiro realizado em junho de 2019, concentrou um viés histórico e geográfico onde se concentram muitos estudos do contestado, mas abriu para discutir o hoje, o que fazemos aqui o que construímos no território. Um congresso com ar de produção local, e com o ouvir e o dizer dos caboclos e entusiastas ainda remanescentes de um contestado ávido por oportunidades.

Quando construída a agenda da proposta em 2018, a ideia nasceu de um sentimento de abandono da administração municipal que até então manifestava e organizava as iniciativas em relação a semana do contestado em Caçador. Nesta oportunidade, houve um desinteresse pelas autoridades públicas para realizarem os eventos. Nisso a comunidade, manifestada por líderes de movimentos e encampando a bandeira cabocla, solicitou os recursos ao CNPq para transformar em ciência o saber e o conhecimento popular, vez que os estudos e pesquisas em torno do contestado são imensos.

Neste ambiente, a semana do contestado toma um formato popular, encabeçado pela Prefeitura de Caçador, Museu do Contestado e o Instituto Federal de Santa Catarina, campus Caçador. A municipalidade manifestada pela Câmara Municipal de Caçador, da qual tinha um papel de também auxiliar a chamar a Semana do Contestado, edita alteração legislativa da qual sai das responsáveis pela organização do evento.

Dessa forma o evento passa a ser um compromisso apenas da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, da qual disponibilizou a estrutura de servidores e espaços para a realização dos eventos em rede. Eram os primeiros sinais de uma construção coletiva popular para as atividades, mas também pela própria propositura de uma agenda de continuidade em torno de uma proposta de que os eventos em torno do contestado não deveriam por concentrar apenas na semana do contestado, um sentimento anterior também exarado em outras oportunidades, mas por todo o tempo como identidade local.

Com isso nasce a propositura da ação em que se congrega a temática: Semana do Contestado: Um Olhar Científico na História de um Povo. O município de Caçador, bem como os municípios de Irani, Lebon Régis, Calmon, Matos Costa, Curitiba, Campos Novos, Rio das Antas, Videira, Fraiburgo, Santa Cecília e Timbó Grande, são localizados no meio oeste catarinense e fazem parte da região do Contestado, região que historicamente foi palco de um conflito que quase dizimou a população e concentrou a riqueza na mão de poucos, por isso é uma das cidades mais pobres do estado. Donald Schuler, na obra Império Caboclo, destaca a importância do Contestado, em seu texto vê-se, mesmo que literário, revela a amplitude do conflito, como sendo mais importante do que a semana de arte moderna, dez anos mais tarde.

Aliado a esses fatores históricos, os investimentos públicos também privilegiavam as regiões litorâneas e demoraram muito na sua interiorização, deixando a região com décadas de atraso. A ciência, a chegada de tecnologias, arte e cultura, por exemplo, foram as mais sacrificadas nesse processo. Nesta celeuma, percebe-se que grande parte da população de Caçador é de famílias carentes que tem como principal fonte de renda o trabalho assalariado nas indústrias da cidade. Isso ainda não mudou, porém alguns aspectos culturais, especialmente pelas autoridades públicas se revelam.

Ainda em 2018, destacamos enquanto equipe proponente, que a grande maioria da população não só de Caçador, mas de todo o corredor do Contestado, não possui acesso à cultura, noções de ciência e tecnologia. A maioria nunca sequer assistiu uma peça teatral, ou visitou algum museu, ou ainda têm noção das tecnologias regionais, da ciência popular, de que é possível fomentar hortas comunitárias nas escolas, ou tantas outras possibilidades científicas simples para melhorar o dia-a-dia do cidadão, especialmente os mais carentes. Desta maneira, dar visão a estrutura social e com isso realizar a “Semana do Contestado: um olhar científico para a história de um povo”, é uma forma de democratizar o acesso à arte, a cultura, a ciência, a tecnologia levando entretenimento, informação e conhecimento para a comunidade.

Por isso, projetos permanentes que visem empoderar as pessoas da região mais pobre de Santa Catarina fazem-se necessários para que a comunidade possa se desenvolver nessas áreas. É evidente investir no protagonismo da comunidade em fomentar novos movimentos culturais, de pesquisa científica, de conhecimentos agroecológicos, de ciência para atividades populares, de noções de agronomia, de ervas medicinais, de modo democrático e aberta. Essas ações visam conceder a comunidade um poder em que se reconheçam como detentoras de saber, livrando-os de intempéries que as condições de risco, porventura, possam ocasionar, isto pela democratização do acesso à ciência e tecnologia, além é claro, da educação, cultura e arte.

Dessa forma, a proposta visou e contemplou a região do contestado com um evento de abrangência regional e até nacional pela amplitude que foi o conflito, pela memória do povo, pela propositura de uma agenda de reconhecimento e empoderamento regional de modo a oportunizar mais acesso e oportunidades aos jovens, estudantes e toda a comunidade regional, pela ciência e tecnologia.

Assim, na semana proposta, houve atividades como, fomento de banners sobre a história do contestado no museu da cidade, de modo a construir a primeira semana acadêmica do contestado em forma de seminário, que depois cresceu e virou um grandioso congresso, em que os acadêmicos compartilharam e debateram seus estudos sobre o tema, junto da comunidade. A arte possui um papel íntimo na proposta deste texto, vez que dialoga intimamente com a cultura e cientificidade do conhecimento popular como espaço na universidade, mas no caso em tela, do instituto federal e também dos espaços públicos de guarda da identidade e história local.

Desta monta, fomentar a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pôde resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes tiveram, houve um despertar e um aprimorar dos seus conhecimentos na área, a ampliar as suas atuais possibilidades. Mais que uma semana de conhecimento científico, foi um convite a revisitar a própria identidade do povo caboclo.

É importante ressaltar que a atividade buscou articular os conhecimentos e a

indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas áreas que foram demandadas pela comunidade do local e pelas possibilidades das instituições parceiras de atender a esses pedidos. As atividades tiveram forte caráter de extensão porque o evento foi realizado nas comunidades das regiões e cidades parceiras incluindo atividades em bairros chave, como o bairro Martello, o mais populoso do município de Caçador, cerca de 13 mil habitantes, segundo o Censo 2010, onde hoje se encontra em maioria o caboclo moderno.

Desta maneira, como a realização do evento, tivemos bastante êxito em estimular a divulgação científica das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, visto que a história e o direito, por exemplo, foram bastante exacerbados durante este evento, através de publicações e afins. Vale salientar que o conhecimento de um contestado atual perpassa para o conhecimento aqui gerado, vez que as instituições locais geram ciência e aprendizado e mesmo com uma globalização e mais conectividade entre as pessoas, ainda é dificultosa essa partilha com estudantes e pesquisadores no interior.

Desta monta, o evento fomentado em que de fato houve a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Nessas ações, insta mencionar o laboratório de costura do IFSC, fora do câmpus, com a ideia maior de popularizar o acesso a formação e a ciência em comunidades carentes de Caçador.

Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pode resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes terão, poderão desejar aprimorar os seus conhecimentos na área ampliar as suas atuais possibilidades. Programas como mulheres sim, e formações de extensão enquanto receptivo às demandas dos gargalos sociais existentes, são muito essenciais para a redução de desigualdades no corredor.

Desta maneira, com o benefício financeiro do projeto, foi possível estimular a geração de conteúdos e o compartilhamento de experiências de divulgação e popularização da ciência, como ferramentas de ensino formal e não formal (material impresso, brinquedos educativos, experimentos, jogos, vídeos, softwares, aplicativos), especialmente no primeiro congresso nacional do contestado, realizado em junho de 2019.

Ainda no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais, tal como as hortas comunitárias em escolas modelos da região, a limpeza de uma determinada região carente da cidade pela comunidade, conhecido regionalmente como “puxirão”, celebrando a importância e celebração regional dos aspectos científicos e populares, viabilizando uma horta e jardim sensorial com base no conhecimento caboclo local visando uma popularização e interiorização da ciência, também foram realizados.

Em 2019 não é exagero dizer que houve um dos maiores eventos de popularização da ciência no corredor do Contestado: o Primeiro Congresso do Contestado. Este evento construído entre as paredes do IFSC e do IFC, transbordou e foi para as comunidades como acesso e popularização da ciência. Construído durante um ano, o congresso sai

do comum cientificamente dizendo, e vai para uma realidade de Instituto Federal, com apresentação do método e das práticas de pesquisa para alunos de ensino médio, estes como protagonistas do fazer ciência.

O papel do IFC através de seu Núcleo de Estudos do Contestado, é exemplar. A agenda proposta pelo grupo se pauta e muito nas necessidades locais. Quando falo das dificuldades de dialogar entre as instituições o IFC nos ensina que pela extensão é um caminho exemplar a seguir. O IFC ajudou a desenhar não só o congresso do contestado, mas a IV Semana do Contestado de Caçador, transformando a ação em um evento de caráter regional e estadual, como objetivava os recursos da chamada. A UNOESC também possui um papel nesta popularização evidenciado pelo trabalho e companheirismos de membros da equipe que abraçaram a causa, junto da UFSC e tantas outras instituições parceiras dos eventos.

Mais uma semana do contestado se constrói com as pessoas, vez que como dito anteriormente, esse foi um importante passo para a reunião de pessoas em torno da comunidade. Em 2019, a temática foi de meio ambiente, e sua preservação, em que muitos ensinamentos e afins se pautaram a ponto de revisitar conhecimentos populares e demais estruturas necessárias da comunidade. Para 2020, havia ações em rede e sistêmicas, como ciclo de oficinas e atividades extramuros, porém devido a cenário da pandemia, todas essas ações restaram prejudicadas em continuidade. Muito mais que uma relação meramente acadêmica, essas oficinas certamente mexeriam com o imaginário e o conhecimento popular, conectando a ciência com as ações e práticas para redução das desigualdades.

Para onde rumamos na continuidade, para este pensar de redução de desigualdades no contestado? Certamente o interesse deve ser muito além do que uma mera agenda, e sim um convite a comunidade a expressar anseios e vontades. O IF, é uma escola, como qualquer outra, com a estrutura adequada para cursos e formação profissional e tecnológica. No entanto, é no âmago de suas propostas legais que residem esse encontro: o de fomentar ações e cursos capazes de desenharem uma estrutura que esteja em acordo com os anseios locais.

Tem sido uma missão dificultosa a de construir uma agenda nesse sentido no Contestado, mas não pensamos em desistir nesse momento. Buscar agregar aqueles que se identificam com a causa, e com as temáticas que reduzem desigualdades, é um importante passo a ser consolidado nas agendas de relações e contatos seja da administração e afins.

Como disse um autor, o contestado continua lá e aqui. Portanto é preciso olhar para essas incongruências históricas e construir a partir daí uma relação íntima com o desenvolvimento. Esse desenvolvimento está longe da visão gourmet de inovação ou desse desenvolvimento pelo capital. A partir daí se discute uma inovação social que remonta a necessidade de reconhecer saberes e competências e que dessa forma trata de gerar identidade àqueles desprovidos de capital e esperança.

Essa é a função dos IFs na redução das desigualdades, uma delas aliás. Dito isso devem se somar a essa luta todos aqueles que veem alguma coisa disforme na sua

comunidade e em si mesmo. Com isso fica o convite a reflexão de construir uma região, uma cidade, um bairro, uma comunidade em que estamos inseridos, e o papel transformador individual somado os grupos, revela uma máxima: juntos podemos.

O Contestado vive e nós, que vivemos nele, dele, sigamos juntos pela redução das desigualdades.

Este livro é uma coletânea de artigos científicos e relatos de projetos produzidos recentemente pelos pesquisadores das instituições públicas que formam a Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado e colaboradores. Esta rede visa a ampla divulgação e popularização da ciência. Os textos deste livro entremeiam um debate interdisciplinar, de forma a reconfigurar narrativas sobre o espaço cultural, sócio-ambiental e histórico-geográfico do Contestado. A emergência destes estudos e ações, que trazem diversas linhas de abordagens dos processos que se configuraram neste território, são fundamentais para romper com a invisibilidade e o abandono da cultura cabocla. Os 21 capítulos proposto mostram o desenvolvimento regional das ciências aplicadas, da educação e das políticas públicas, sobretudo, enfatizam os aspectos culturais e conflitos que permeiam o Contestado. Por fim, este livro pretende atender a demanda por leituras sobre o contexto atual de pesquisa e extensão na região do Contestado. Agradeço imensamente pela sensibilidade da artista Maní e pela aquarela “Maria Rosa do Contestado” que ilustra a capa deste livro.

William Douglas Gomes Peres (IFSC/Caçador)

PREFÁCIO

Márcia Janete Espig
(UFPel/Pelotas)

Márcia Elisabete Schüler
(IFC/Videira)

O CONTESTADO VIVE! A FORMAÇÃO DE UMA NOVA IRMANDADE CABOCLA

O movimento do Contestado, guerra civil que incendiou um vasto território localizado entre os estados de Santa Catarina e Paraná, foi um acontecimento histórico sangrento, marcante, traumático. Traumático, sobretudo, para a população pobre que nele lutou, muitas vezes descrita como população cabocla. Quando falamos sobre os caboclos do Contestado, não nos referimos à cor de pele, a uma etnia ou a grupos humanos miscigenados, mas queremos significar o termo “caboclo” para a descrição de indivíduos que possuem um tronco cultural em comum. Mais do que um tipo físico, um tipo cultural. E no caso da região Contestada, pensamos o caboclo imerso em uma cultura de profunda devoção religiosa; de crença em São João Maria; de respeito pela natureza; de acolhimento; de fortes laços comunitários. Parte dos migrantes vindos de outras regiões do país, ou mesmo imigrantes, “acaboclarão-se”, ou seja, vivenciaram e tomaram para si esse modo de ser e de viver. Uma vida simples, mas bela em muitos de seus preceitos. Através desse modo de pensar, durante a Guerra uniram-se em fraternidade e comunidade, em torno da Santa Religião, onde todos eram “irmãos e irmãs” e onde “quem tem mói, e quem não tem mói também”. Naquele momento de conflito, essa forma de pensar o mundo não foi bem aceita por uma cultura elitista e urbana, tendo sido descrita de maneira preconceituosa através de jornais e outras narrativas.

Os primeiros julgamentos vieram logo após sua primeira reunião em Taquaruçu, junto ao Monge José Maria. O jornal Folha do Comércio, de Florianópolis, em setembro de 1912, considerava que a junção dos sertanejos seria produto de sua extrema “ignorância”, causada pela “falta de escolas” e “abandono”. Essa forma de pensar aparece em muitos periódicos, sendo os caboclos continuamente avaliados. Nesse primeiro momento, a principal acusação é a de ignorância ou, como diziam alguns, “falta de cultura”, ou inclusive “espíritos atrasados”.

Os epítetos preconceituosos permaneceram e se ampliaram à medida que a Guerra evoluiu. Aquele primeiro momento, de reunião e comunhão fraterna, evoluiu para uma postura de autodefesa, primeiramente na Batalha do Irani, e posteriormente nas Cidades Santas, que passaram a se organizar no final de 1913. Os ataques por parte das forças oficiais, constituídas pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina, pelo Exército Nacional e por vaqueanos ligados aos coronéis da região, dizimaram mulheres, crianças e idosos, gerando a revolta dos caboclos, personagens historicamente espoliados pelo

sistema capitalista que se impunha.

A partir desses acontecimentos, e da reação às inúmeras violências sofridas, o sertanejo passou a ser avaliado mais duramente e os adjetivos passaram a ser mais cruéis. O mesmo jornal anteriormente citado, em dezembro de 1914 vai chamar os rebeldes de “bandidos” e “salteadores vulgares”. Aliás, “bandidos” e “jagunços” são dois dos termos mais comuns para descrevê-los, e repetem-se em inúmeras fontes históricas que falam sobre o Movimento. Além dos jornais, podemos citar livros escritos por militares que participaram da repressão e que usam termos semelhantes.

Para se ter uma ideia, o primeiro tenente Herculano Teixeira d’Assumpção, que chegou à região em 1915, afirmou que os moradores locais eram pouco trabalhadores, além de bárbaros, selvagens, bandidos, chegando a chamá-los de “monstros”. Em livro publicado em 1917, afirmou que ali vivia “[...] uma população numerosa, sem o mínimo resquício de sentimento humano...” O mesmo tom foi empregado em documentos produzidos no calor da hora, tais como Autos de Perguntas e Inquéritos realizados com rebeldes capturados ou que se apresentaram às forças legais. Nessa documentação, foram chamados de “tipos torpes, bandidos e gatunos”, bem como “vagabundos da pior espécie”. Termos semelhantes são encontrados em outros materiais, tais como relatórios ou partes de combates. Facínoras, jagunços, bandidos, alucinados, hediondos... Termos fortes e injustos, ao descrever uma população que estava a defender seu chão, sua família e sua cultura.

Por muito tempo, essa terminologia persistiu em boa parte dos livros produzidos sobre o Contestado. Até os dias de hoje, eventualmente encontramos obras que tratam os rebeldes por “jagunços” ou, o que é mais comum, por “fanáticos”. Dentro da maior parte das obras acadêmicas, contudo, esses termos não somente foram abandonados, mas também criticados. Hoje, não faz sentido tratar os caboclos ou sertanejos do Contestado por palavras elitistas ou arrogantes. Combater esse tipo de preconceito tem sido uma batalha travada por historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, folcloristas, agentes culturais, dentre outros estudiosos contemporâneos. A percepção atual acerca da legitimidade da luta sertaneja e sobre a riqueza cultural daquelas populações traz contornos positivos à memória e à identidade dos homens e mulheres, moradores atuais do ex território Contestado.

Com todas as arbitrariedades sofridas, não apenas no campo de batalha, mas também no campo simbólico, não causa estranheza que por muitas décadas o Contestado tenha sido um assunto tabu no próprio local que em que ocorreu. Logo após a destruição do reduto de Santa Maria, que geralmente assinala o final do movimento, houve na região aquilo que o pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz chamou de “fase do açougue”. A expressão é autoexplicativa, e designa um momento em que a maior parte das forças militares se retirou, deixando a cargo de alguns piquetes o trabalho de “limpeza”, quando parte dos rebeldes restantes foram caçados e assassinados impiedosamente. Era necessário, então, para própria sobrevivência física, não falar sobre a Guerra, esconder-se, negar proximidades. Soma-se a isso toda a carga representada pelo uso de termos e expressões que analisamos mais acima: fanáticos, bandidos, jagunços... Esse

processo, em conjunto, causou um retraimento das memórias, das narrativas sobre as vivências, da fala sobre o trauma causado pela Guerra. Tudo isso deveria, forçosamente, ser reprimido no campo do pensamento. E assim viu-se o silenciamento do caboclo, a violência simbólica, o represamento das experiências vividas, a impossibilidade de falar sobre o passado. Mas essas memórias estavam lá, e calavam fundo. Em grupos íntimos, familiares, esse lembrar era possível, senão necessário. Em público, porém, jamais se assumir “jagunço”, não relembrar as cidades santas, nem a experiência de vida igualitária e comunitária.

Por décadas persistiu esse silenciamento na região. Aos poucos, porém, diferentes tipos de ações foram alterando esse quadro. Pesquisadores e estudiosos, interessados em historiar o período da Guerra, começaram a percorrer tais espaços. Além dos documentos escritos, buscavam os testemunhos orais, as falas, memórias e lembranças dos remanescentes do movimento, ou de seus descendentes. A esse interesse o caboclo respondeu ressabiado, por vezes preocupado. Afinal, não poderia ser esse pesquisador um sucedâneo daqueles que o alcunhavam bandido? Não seria também um representante daquela cultura elitista, preconceituosa, responsável por uma violência física e simbólica de tamanho difícil de ser mensurado?

Certamente esse não foi um processo fácil para os caboclos. Aos poucos, contudo, o interesse vindo de fora da região foi sendo percebido como legítimo, trazendo um lembrar sobre o passado. Em certo sentido, os pesquisadores reafirmavam aos remanescentes do conflito a importância de seu protagonismo durante a Guerra. Reafirmavam seus marcos identitários, desejavam saber sobre as Cidades Santas, se interessavam pelos personagens que lá viveram, valorizavam sua fé no Monge e na natureza. Esse movimento teve início pelas décadas de 1950 e 1960, e continua ativa até os dias de hoje. Se já não temos remanescentes vivos de uma guerra mais que centenária, temos seus descendentes, suas memórias familiares, indiretas mas não menos importantes. E a fé no Santo Monge, essa persiste, e se materializa em cruzeiros, capelas, águas santas, ermidas, cavernas, grutas... Continua a fascinar pesquisadores de variadas áreas de conhecimento, além de artistas, cineastas, dramaturgos, entre muitos outros.

Nesse processo de posituação da memória, o poder público também teve sua importância. Em nível estadual, nas décadas de 1980/1990 o governo catarinense passou a celebrar a riqueza da história contestada. Destacando o protagonismo dos caboclos, símbolo da “luta dos pequenos” frente a injustiças sociais e políticas, o estado estimulou estudos, publicações, vídeos, além da implantação de marcos e placas em locais significativos, tais como espaços onde ocorreram batalhas ou existiram Cidades Santas. Essas ações refletiram uma guinada do discurso oficial. Os homens e mulheres do Contestado passavam de bandidos a heróis, defensores do solo Contestado frente a forças espoliativas. Outra iniciativa importante foi a construção do Parque Temático do Contestado, em Irani, no local em que ocorreu a famosa Batalha. Embora o projeto inicial não tenha sido realizado em sua totalidade, serviu para promover a preservação daquele sítio, criando um local de memória educativo para as novas gerações. Em 2001, a bandeira

do Contestado foi reconhecida oficialmente pelo governo estadual como símbolo regional do Estado de Santa Catarina, podendo ser hasteada em eventos oficiais. No ano seguinte, outra lei instituiu a Semana do Contestado, a ser lembrada anualmente, entre os dias 20 e 27 de outubro.

Outros grupos sociais, mais ou menos na mesma época, também dedicavam atenção ao conflito e o transformavam em referência. Em 1986 a região de Taquaruçu recebeu a Primeira Romaria da Terra em Santa Catarina, ligada a diferentes grupos sociais, tais como as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais operárias. Diferentes símbolos e referências relacionadas ao Contestado passaram a ser apropriadas por diversos movimentos sociais contemporâneos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Toda essa agitação, de reconstrução identitária, de positivação de memórias e de reposicionamento histórico dos personagens do Contestado não estaria completo se não houvesse um forte movimento interno, nas comunidades, entre as populações descendentes dos caboclos. Não temos aí um processo único ou combinado, mas diferentes processos ocorrendo em várias cidades que compõem hoje a região outrora contestada. E nesse ponto devemos lembrar a ação de homens e mulheres que, cada qual em sua comunidade, fizeram e ainda fazem a diferença ao promover a rememoração acerca do conflito por diferentes vias. São muitas experiências, várias delas ainda em movimento, em locais como Caçador, Lebon Régis, Fraiburgo, Calmon, Matos Costa...

Sendo impossível citar aqui todas esses experimentos e todos os agentes culturais envolvidos, pensamos homenagear a todos e todas na pessoa de um de seus precursores, o falecido folclorista Vicente Telles, um ativista que fez da sanfona sua arma e recompôs a história e a memória sobre o Contestado na região de Irani. Participou da idealização do Parque Temático do Irani, incentivou o ensino escolar e a rememoração através de dramatizações, declamações e música. Encheu os olhos e os corações em sua comunidade. Vemos hoje movimentos variados, cada qual com sua especificidade, mas que buscam, em cada local, objetivos semelhantes: o resgate da identidade cabocla, a positivação dessa identidade, e o repensar sobre as dolorosas memórias acerca da Guerra do Contestado.

Em meio a esse percurso, surge um importante evento, que dialogou não apenas com a produção acadêmica sobre o Contestado, mas também com as iniciativas de resgate cultural acima mencionadas. O Primeiro Congresso Nacional do Contestado, ocorrido em junho de 2019, teve lugar em Caçador e acolheu a comunidade local de maneira inédita.

Este evento foi possível graças ao trabalho comum e em rede, a partir do convite feito pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para que o Instituto Federal Catarinense (IFC) participasse através de seu projeto de extensão Núcleo de Estudos do Contestado (NEC) da criação, construção e execução da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia onde teria lugar um evento acadêmico abordando a ciência para redução de desigualdades e tendo o Contestado como foco de debate.

Os Institutos Federais no Brasil surgem distribuídos em eixos congruentes às demandas regionais onde são implantados e são apoiados no tripé baseado em ensino,

extensão e pesquisa. Entre os anos de 2007 a 2012, várias unidades do IFSC e do IFC foram implantadas no Contestado Catarinense, em locais como Canoinhas, Videira, Caçador, Fraiburgo, Luzerna, dentre outros. O projeto de extensão NEC tem ações voltadas ao estudo da Guerra do Contestado, com atividades consolidadas desde 2013.

Quando o NEC aceitou arregaçar as mangas e compor a organização, começava a se formar novamente a irmandade no mundo caboclo, nele e a partir dele. Outras instituições, como a comunitária Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) foram chamadas e aceitaram o convite desafiador de trazer pela primeira vez um evento acadêmico deste porte para terras contestadas. Também o NEC ganhou fôlego com a introdução de novos membros externos que ajudaram e ajudam a solidificar aquilo que se lançou como proposta entre as instituições.

Muito se fala do Contestado fora de seu território e a conquista foi trazer pesquisadores importantes, estudantes de todos os níveis para apresentar trabalhos, debater e ouvir e ainda incorporar ao evento acadêmico as comunidades, líderes locais e pessoas envolvidas no resgate da cultura cabocla, na memória do Contestado.

Todos os que já tiveram a rica experiência de estar em meio ao povo caboclo do Contestado sabem sobre o espírito de irmandade e partilha que norteia a vida dessas pessoas. O fazer comunitário é traço fundante da cultura cabocla desde o modo de vida herdado das nações indígenas nativas, aos redutos de resistência durante a Guerra até a formulação e concretização deste Primeiro Congresso Nacional do Contestado, cujo resultado acadêmico podemos atestar nesta publicação, recheada de contribuições as mais diversas.

Foram 23 pesquisadores que produziram resultados, provocações, relatos de ações sobre o tema em mesas temáticas, 79 trabalhos acadêmicos inscritos para avaliação e público de 1200 pessoas circulando pelo congresso. Colaboraram com o mesmo vinte instituições nacionais, além de pesquisador internacional vinculado à ONU.

A presente obra é um dos muitos frutos decorrentes desse memorável encontro. Dos artigos aqui publicados, 15 foram apresentados no congresso, e os demais 6 trabalhos surgem a partir da rede de relações acadêmicas então constituídas ou reforçadas.

Sotaques e gentes de vários rincões se achegaram ao evento, interessadas em nossa história, o que demonstra que o Contestado é maior que nós mesmos... O Contestado vive.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BANDA CABOCLOS REBELDES: A IDENTIDADE DO CONTESTADO EM CONCERTO	
Eduardo do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.4492003081	
CAPÍTULO 2	9
MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS	
Márcia Janete Espig	
Gerson Witte	
DOI 10.22533/at.ed.4492003082	
CAPÍTULO 3	21
A GUERRA DO CONTESTADO E A LEI DE TERRAS IMPERIAL: UM ESTUDO DE CASO DA FAZENDA FIGUEIREDO (LAGES, 1855-1917)	
Flávia Paula Darossi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003083	
CAPÍTULO 4	34
CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ORTODOXO NO CONTESTADO	
Cleber Duarte Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.4492003084	
CAPÍTULO 5	49
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE CAÇADOR	
Andrea Alves Cavalet	
Hillevi Maribel Haymussi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003085	
CAPÍTULO 6	59
DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA	
Diane Daniela Gemelli	
Silas Rafael da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.4492003086	
CAPÍTULO 7	69
DEZ ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM CURITIBANOS	
Cristhiane Martins Lima Kreusch	
Renata Marafon	
DOI 10.22533/at.ed.4492003087	
CAPÍTULO 8	81
A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO	
Marcia Garbin	
Mariana Di Domenico	
Bianca De Bortoli	
Amanda Zago	
Juliana Aparecida Biasi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003088	

CAPÍTULO 9	91
COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO - (1919-1982)	
Fernando Henrique de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.4492003089	
CAPÍTULO 10	102
MEMÓRIAS DO CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
DOI 10.22533/at.ed.44920030810	
CAPÍTULO 11	109
EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA COM O ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC	
Cleber José Bosetti	
Zilma Isabel Peixer	
Juliana Golin Krammes	
DOI 10.22533/at.ed.44920030811	
CAPÍTULO 12	119
PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS!	
Viviani Poyer	
DOI 10.22533/at.ed.44920030812	
CAPÍTULO 13	130
A RESISTÊNCIA, O SINCRETISMO RELIGIOSO E O PAPEL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA DO CONTESTADO NAS BENZEDEIRAS DA REGIÃO DO CONTESTADO NO SÉCULO XXI (2000-2018)	
Flávia Rhafaela Pereira	
Silvio dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44920030813	
CAPÍTULO 14	142
SÍNTESE VERDE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
William Gustavo Sganzerla	
Ana Letícia Andrade Ferreira	
Cleonice Gonçalves da Rosa	
Ana Paula de Lima Veeck	
Michael Ramos Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.44920030814	
CAPÍTULO 15	156
ENTRE REPETIÇÕES, CONSENSOS E CONTRASENSO: UMA POSSÍVEL TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO (? – 1912)	
Gabriel Carvalho Kunrath	
DOI 10.22533/at.ed.44920030815	
CAPÍTULO 16	166
NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR	
João Felipe Alves de Morais	
DOI 10.22533/at.ed.44920030816	

CAPÍTULO 17	176
TABULEIRO DA ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	
David Ferreira Severo	
Bianca Gonçalves Sousa de Moraes	
Diogo Moreno Pereira Carvalho	
Marta Ferreira da Silva Severo	
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.44920030817	
CAPÍTULO 18	189
GUERRA, FOME E GENOCÍDIO: A SECA DA TAQUARA E O EXÉRCITO NO ENCALÇO DOS CABOCLOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (1910-1923)	
Delmir José Valentini	
DOI 10.22533/at.ed.44920030818	
CAPÍTULO 19	213
A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895)	
Michel Felipe Moraes Mesalira	
DOI 10.22533/at.ed.44920030819	
CAPÍTULO 20	225
O LEGADO DE UM CONFLITO: A HERANÇA DO CONTESTADO PARA A REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE	
Tatiana Bruna Fabian	
Tulainy Parisotto	
DOI 10.22533/at.ed.44920030820	
CAPÍTULO 21	236
O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO JOÃO MARIA EM SÃO MATEUS DO SUL/PR	
Alcimara Aparecida Föetsch	
Mário Sérgio Deina	
DOI 10.22533/at.ed.44920030821	
CAPÍTULO 22	252
A REVOLTA DO CONTESTADO E O PASSADO QUE NÃO PASSA: NACIONALISMO, ABJEÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	
Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.44920030822	
SOBRE O ORGANIZADOR	262

PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS!

Viviani Poyer
(UFF/Niterói)

RESUMO: A presente discussão é fruto de uma pesquisa de doutorado e busca mostrar como imigrantes tomavam lugar de sujeitos de ação e de articulação, e estabeleciam redes que mobilizavam meios os mais diversos, fazendo com que governos estaduais, federal e até mesmo de seus países de origem se alertassem às questões relacionadas à situação encontrada e vivida por eles aqui no Brasil. São casos de morte, prisões, explosões, saques, espoliação, roubos, incêndios criminosos e chacinas envolvendo imigrantes, que a partir de extensa investigação nos registros existentes, em diferentes instâncias, remeteram à diversas situações difíceis de serem estudadas se fossem casos que envolvessem apenas nacionais, justamente pela falta de fontes. Para o desenvolvimento da mesma, foi utilizado o método micro-histórico, por meio do qual foi possível compreender questões macro, relacionadas à política nacional e internacional brasileira, bem como, desenvolver uma percepção ampliada e mais próxima da realidade vivida por caboclos, sertanejos, nacionais ou imigrantes, pobres ou remediados. Os casos aqui apresentados envolvem o coronel da Guarda Nacional, Fabricio Vieira e o seu bando de “patriotas” ou fabricianos, como eram chamados seus vaqueanos. Tais mortes, geralmente ocasionadas por meio da

degola, objetivavam o roubo, o saque, mas principalmente a espoliação de empreiteiros e trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), de colonos e ou de comerciantes locais. Dois casos emblemáticos dessa realidade, serão aqui apresentados: a chacina do Iguaçu e o Caso Antoniewicz.

PALAVRAS-CHAVE: Propriedade; Contestado; Chacina do Iguaçu; Fabricio Vieira.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de doutorado e buscou mostrar, entre outros aspectos, como imigrantes tomavam lugar de sujeitos de ação e de articulação, e estabeleciam redes que mobilizavam meios os mais diversos, fazendo com que governos estaduais, federal e até mesmo de seus países de origem se alertassem às questões relacionadas à situação encontrada e vivida por eles aqui no Brasil. São casos de mortes, prisões, explosões, saques, espoliações, roubos, incêndios criminosos e até mesmo chacinas, que a partir de extensa investigação nos registros existentes, em diferentes instâncias, remeteram à diversas situações difíceis de serem estudadas se fossem casos que envolvessem apenas brasileiros, justamente pela falta de fontes. As diversas situações conflituosas que envolvem esses imigrantes, foram tomadas como fios que

tecem a malha, ou melhor, a trama, que caracterizou a vida de muitos colonos no Sul do Brasil.

Para o desenvolvimento da mesma, foi utilizado o método micro-histórico, por meio do qual foi possível compreender questões macro, relacionadas à política nacional e internacional brasileira, bem como, desenvolver uma percepção ampliada e mais próxima da realidade vivida por caboclos, sertanejos, nacionais ou imigrantes, pobres ou remediados. A partir de uma abordagem inovadora em relação ao movimento do Contestado, buscou-se alargar seus marcos, contudo sem perder a relação imbricada que eles possuem. Um dos objetivos do trabalho foi, perceber a guerra do Contestado como mais do que somente uma guerra, um fato histórico ou uma fronteira temporal ou espacial, mas como consequência de uma política de Estado que vinha se moldando durante o século XIX e se acentuou com o fim da escravidão e fortalecimento de uma política de imigração, com o advento da República, com a questão de terras e como consequência da abertura desenfreada ao capital estrangeiro.

Os casos aqui apresentados envolvem o coronel da Guarda Nacional, Fabricio Vieira e o seu bando de “patriotas” ou fabricianos, como eram chamados seus vaqueanos. Estes casos são de mortes, que geralmente objetivavam o roubo, o saque, mas principalmente a espoliação de empreiteiros e trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), de colonos e ou de comerciantes locais. Não raro eram os casos motivados pelo acerto de contas pessoais ocasionadas por dívidas ou por questões de disputa de terras.

2 | AQUI JAZEM 17 HERÓIS ASSASSINADOS!

Um dos casos emblemáticos dessa realidade e aqui apresentado, diz respeito a chacina do Iguaçu. Esse caso envolveu dezessete homens que foram degolados durante a última campanha do Exército brasileiro no Contestado. Eram trabalhadores que viviam naquela região, sendo cinco nacionais e doze imigrantes estrangeiros provenientes de diferentes países. Brasileiros, italianos, poloneses, russos, espanhóis, alemães, austríacos e portugueses que acabaram sendo vítimas das ações criminosas das forças civis que atuaram junto ao Exército na guerra do Contestado.

Esses trabalhadores viviam a 3 meses aproximadamente, na margem direita do rio Iguaçu, trabalhando no cultivo de batata, criação de pequenos animais, bem como na coleta de nó de pinho para servir de lenha para as locomotivas da Estrada de Ferro. O chefe do grupo José Lyro Santi, imigrante italiano, era empreiteiro do Ramal São Francisco, mas como as obras estavam paralisadas durante aquele período, levou seu grupo para as terras, que ficavam na altura de Canoinhas no lado paranaense, para trabalhar e tirar algum sustento, enquanto os serviços no Ramal não eram retomados. Na noite de 21 para 22 de novembro de 1914, Santi e o comerciante Evaristo Felipe foram surpreendidos por Isaias Daniel e João Ruas, ambos vaqueanos e homens de confiança do coronel Fabrício Vieira,

que os obrigaram a levá-los até o rancho onde se encontravam os demais trabalhadores, com a intenção de reunir o grupo e transportá-los à margem esquerda do rio Iguaçu, região conflagrada pelo conflito armado.

Os reféns de Isaias Daniel foram amarrados de dois em dois com uma corda pelo pescoço, tendo a escolta saqueado o rancho e revistado o bolso de todos, roubaram tudo que podiam, mantimentos, dinheiro e roupas. Levaram os mesmos até a beira do rio, no Porto Marcolino, onde foram obrigados a embarcar na lancha que já os aguardava a fim de subir até o Porto dos Bugios, onde encontrariam Salvador Pinheiro Machado - o afamado Dente de Ouro. Esse vaqueano e mais dez homens que o acompanhavam, violentaram barbaramente Geraldina esposa do comerciante Joaquim Vicente, incendiaram seus pertences e o sequestraram, levando essa vítima e as demais em direção ao local conhecido como Porto Jararaca, atual comunidade de Felipe Schmidt no município de Canoinhas, onde se deu a chacina.

As atitudes criminosas desses civis a serviço do Exército brasileiro, não pararam por aí. Segundo o Diário da Tarde, no dia 10 de dezembro, o jornal Comercio do Paraná publicou uma nota em que os “*patriotas*” do coronel Fabrício, para justificar o seu hediondo crime, arquitetaram uma mal contada história, afim de se eximirem dos seus atos, dizendo que os trabalhadores assassinados eram fornecedores de gêneros aos “fanáticos”. O Diário da Tarde afirmava ainda, que por meio de uma carta recebida de União da Vitória, e publicada no referido periódico, obtiveram informações de que “os trabalhadores eram vítimas de perseguições comerciais e tiveram a infelicidade de possuir algum dinheiro.”(Diário da Tarde, 10 dez. 1914).

A pedido da viúva de José Lyro Santi, o cunhado Jacob se dirigiu a Barra Feia em busca do irmão que sabia ter sido assassinado por pessoas que estavam vigiando à margem direita do rio Iguaçu, ironicamente com a intensão de evitar a invasão de bandidos. Esse homem levou uma carta de Luiz Fabricio, filho do coronel, contudo, o destemido Fabricio Vieira não respeitou a carta de recomendação e ordenou que Jacob fosse conduzido ao “xadrez”.

Da prisão Jacob Lyrio Santi ouviu os comentarios que faziam alguns implicados na matança de Lyrio e seus companheiros. Afirmaram, troçando, que tinha sido um pic-nic, que José Lichesky morrera de susto antes de ser decapitado. Um delles afirmou que lhe tocara 250\$000 em dinheiro do saque as victimas. (Diário da Tarde, 14 dez. 1914).

Jacob, na prisão, ouviu também a informação de que tanto Dente de Ouro quanto Isaias Daniel tinham dívidas com os comerciantes mortos, sendo que esse último devia quatrocentos mil réis a José Lyro Santi e oitocentos mil réis a Joaquim Vicente, e que, para se ver livre dos credores, colocaram-se a efetivar o crime.

Dizia-se que a população se sentia segura onde estava o Exército, porém, onde se encontravam a gente do coronel Fabrício, fugia apavorada, convencidos de que bandidos foram armados, tornando-se piores dos que os que já existiam nas redondezas.

Ninguém duvidou da veracidade da cena trágica estampada nas páginas dos diversos periódicos que cobriram o caso, assim, tão logo confirmadas as mortes, o general Setembrino de Carvalho, tomou formais providencias, enviando dois oficiais à localidade para dar início às investigações. “Foram para o local dois oficiais incumbidos de proceder a rigorosa devassa sobre o fato que tinha já chegado ao conhecimento do Comando, como a tentativa de fuga e conseqüente tiroteio entre escolta e prisioneiros reacionários.”(PEIXOTO, 1995. p. 13). Essa última afirmação, que diz ter havido tiroteio entre os homens aprisionados e os *fabricianos*, é bastante contraditória em relação ao que foi apurado pelos jornais, a partir dos depoimentos dos familiares e de testemunhas e do próprio historiador militar Demerval Peixoto. Ao que tudo indica os oficiais militares apenas tomaram conhecimento dos exames feitos nos corpos, uma vez que o laudo cadavérico fora realizado por uma equipe enviada da Delegacia de São Matheus.

O laudo fora realizado em 14 de dezembro de 1914, ou seja, somente 23 dias depois das mortes. Bem provável que essa demora em enviar uma equipe até o local tenha se dado, por entre outros motivos, pela hesitação do Delegado de Polícia de União da Vitória em registrar a queixa acerca do crime, aspecto colocado pelo cônsul de Portugal no seu memorando, a partir dos depoimentos das testemunhas indicadas do comerciante português que estava presente e que escapou da chacina, Evaristo Felipe.

O auto dá com precisão a localização do crime e o estado em que foram encontrados os cadáveres dos dezessete homens assassinados:

Em no lugar “Bugres” a margem esquerda do “Rio Iguassú”, entre “Moças” e o deposito de Salvador Leal, na embocadura de uma pequena barra a quinze metros mais ou menos do barranco do rio em um lugar que foi uma lagôa e que agora se acha secca, num perimetro de dez metros, pouco mais ou menos encontraram em primeiro lugar dois cranêos e treis esqueletos humanos e pouco mais abaixo, mais quinze craneos e ossos espalhados sendo que dos treis esqueletos que viram em o primeiro golpe de vista, duas pernas ainda conservavam um pouco de carne e os demais completamente despido d’ellas. Que apoz o exame ordenado foram os ossos enterrados em uma cova commum aberta para esse fim. Em o local referido estava em certos logares encharcados de sangue. Que encontraram tambem paletoes, camizas, calsas, chapéus e calçados, que juntamente com os ossos foram enterrados (Fonte: Autos de exames cadavéricos e officios enviados ao consulado da Itália em Curitiba pelo governo do Estado do Paraná em 07 janeiro de 1915. In: Telegrama Expedidos pelo Governo do Estado PR – 1885-1930- 309/2/14, Arquivo do Itamaraty, Rio de Janeiro).

E foi assim que se concluiu o laudo cadavérico que constaria dos processos abertos para investigar a morte dos dezessete homens à beira do rio Iguaçu. Segundo discursos proferidos na Câmara dos Deputados na Capital Federal do Brasil – RJ – pelo deputado federal Mauricio de Lacerda, entre os meses de abril e junho de 1916, os inquéritos foram abertos, os responsáveis eram do conhecimento de todos, mas os culpados nunca foram condenados.

A postura de conivência e, até certo ponto, de cumplicidade do general Setembrino de Carvalho com atos criminosos como essa chacina, prova a dependência bélica e

contingencial que o Exército tinha em relação aos diversos grupos de vaqueanos liderados por coronéis e fazendeiros da região, mas, sobretudo, o quanto esses chefetes locais se aproveitaram do Exército, a fim de manter e assegurar privilégios tradicionais.

A partir da pesquisa empreendida sobre esse caso, diversas questões vieram a tona. Questões como a confirmação dos culpados pelo crime - Dente de Ouro, Isaías Daniel e João Ruas, e evidências de que os dezessete homens foram mortos não por fuzilamento, mas por meio da degola. Os motivos que os levaram à morte, seguem como incógnitas, mas há fortes evidências de que foram mortos por portarem bens em espécie, ferramentas, alimentos e animais, e, sobretudo, por terem valores a receber de dívidas contraídas pelos subordinados imediatos do coronel Fabrício Vieira e que estiveram à frente da chacina. Nenhum dos dois inquiridos, civil ou militar, supostamente instaurados para elucidar o caso, foram encontrados! Acredito que, mesmo que os encontrasse, as informações contidas naqueles poderiam ter sido facilmente forjadas em prol da defesa do general Setembrino, acerca da figura do coronel Fabrício Vieira e, conseqüentemente, da imagem que se almejava para o Exército brasileiro.

A chacina tomou lugar de destaque em diversos periódicos nacionais, do Rio Grande do Sul a Capital Federal no Rio de Janeiro, todos falavam da barbárie cometida pelas forças civis que atuavam ao lado dos militares no conflito armado. Representantes das diferentes colônias de imigrantes se manifestaram e os consulados começaram a agir junto ao governo federal, pedindo providências, abrindo eles próprios sindicâncias e negociando indenizações aos parentes das vítimas fatais ou não.

O caso tomou proporções internacionais e provocou rúsgas diplomáticas entre Brasil e países fomentadores da política imigratória brasileira, sobretudo o estudo acerca da chacina do Iguaçu, pode ser tomado como uma prova de que o Exército brasileiro não havia se modernizado e profissionalizado como tentavam impingir. Ao contrário do que pregavam, a partir de uma maior profissionalização militar, buscando se distanciar de intrigas políticas locais, Setembrino de Carvalho parecia retroalimentar o poderio local de Fabrício Vieira, ao fazer vistas grossas aos atos de banditismo praticados por seus homens.

Ao túmulo que abriga os restos mortais dos dezessete homens mortos na chacina do Iguaçu às margens desse rio, foi fixada uma placa com seus nomes, origem e profissão, resultado dessa pesquisa, que os tirou do anonimato e os trouxe para a história do Contestado. Em memória dos dezessete homens assassinados:

Rosalino Alves, lavrador (brasileiro); Alfredo Ferreira, padeiro (brasileiro); José Sartori, lavrador (italiano); José Lyrio Santi, empreiteiro (italiano); Antonio Preti, lavrador (italiano); Angelo Tress, lavrador (italiano); Valentim Fachim (ou Fachini), pedreiro (italiano); José Merkel, lavrador (alemão); João Merkel, lavrador (alemão); José Lichesky, lavrador (polaco); Adolpho Souza, lavrador (brasileiro); Domingos Moura, marceneiro (brasileiro); Horacio Felipe, lavrador (italiano); João Antonio, pedreiro (portuguez); Celestino Januario, lavrador (brasileiro); Evaristo Miron, canteiro (hespanhol); Isolino Miron, canteiro (hespanhol); Joaquim Vicente, negociante (brasileiro). (Gazeta de Notícias, 29 jan. 1915).

3 | O CASO ANTONIEWICZ

Em 05 de fevereiro de 1915, foram assassinados na porta de sua casa, o patriarca Mariano Antoniewicz e um filho, ficando ferido gravemente mais um familiar. Documentos enviados ao consulado russo pela viúva de Mariano e encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores dão uma noção de como tudo aconteceu:

Em 5 de Fevereiro de 1915, um destacamento de vaqueanos que segundo constou pertenciam á columna do Coronel Fabricio, cujos subordinados quasi na mesma época degolaram 18 trabalhadores italianos, chefiados por um individuo fardado de tenente do exercito, acompanhados pelos filhos do defunto Arthur de Paula e Souza: Zacharias e Oscar chegaram aos primeiros raios do dia no sitio de Antonovitch. Cercada a casa, aos gritos de “morram todos” ordenaram ao pae e filho sahir da casa. Aberta a porta appareceram pae e filho, os quaes sem discussão alguma foram fuzilados imediatamente (Fonte: Nota enviada pelo Ministro Plenipotenciário de S. M., o Imperador de todas as Rússias, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 15 fev. 1916. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Recebidos 1900 a 1926. 289/1/22)..

Logo após os dois primeiros fuzilamentos, os homens do destacamento começaram a saquear a propriedade, pegando tudo que podiam e tinha algum valor. Levaram consigo cerca de um conto de réis em moeda corrente e, dos documentos, apenas o salvo-conduto concedido pelo general comandante do corpo expedicionário a Mariano Antoniewicz, em função de suas viagens de negócios. Levaram também vales na importância de oitocentos e oitenta mil réis emitidos pelo Exército como forma de pagamento ao comerciante, pelos gêneros alimentícios fornecidos à instituição militar. Diz ainda que os vales haviam sido emitidos pelo tenente Assis Correa e pelo Sargento Saturnino, e que o chefe do destacamento, ao ver tais papéis, falou: “parece que matamos um dos nossos” (Fonte: Nota enviada pelo Ministro Plenipotenciário de S. M., o Imperador de todas as Rússias, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 15 fev. 1916. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Recebidos 1900 a 1926. 289/1/22).

Mesmo assim, após levantarem tal suspeita, os vaqueanos que ficaram na propriedade, ao ver um outro homem sair de um rancho, também atiraram para matar. Contudo, Estevão Koniski, irmão da nora de Antoniewicz, sobreviveu e foi recolhido para dentro da casa, juntamente com os outros dois cadáveres, pelas mulheres da família que ali se encontravam. Após recolher os cadáveres e o ferido, as mulheres seguiram a pé pela margem do rio Iguaçu até o distrito de Barra Feia, onde, ao encontrar outro destacamento de vaqueanos do coronel Fabrício, esse sob as ordens de Dente de Ouro, tiveram a permissão de ir, no dia seguinte, a viúva, com homens e carroças, enterrar os mortos e pegar o gado e objetos domésticos. Contudo, naquele mesmo dia pela noite, ela recebeu uma comunicação em que proibia qualquer pessoa de se dirigir até o sítio, sob pena de morte. Passados dois dias, pelo clarão que se fazia no céu, percebeu-se que o sítio, e o que nele podia restar, havia sido incendiado!

Pelo que consta no documento da legação russa, os crimes foram praticados por pessoas diferentes. Se os assassinatos e saques foram pelos homens do coronel Fabrício Vieira, diz ter sido o incêndio pelos filhos de Arthur de Paula e Souza. “Os vizinhos mercadores na outra margem do rio afirmaram terem visto os filhos de Arthur de Paula e Souza e o genro deste Arthur Geissler carregarem varios bens do sitio para a casa delles, tendo depois incendiado todos os edificios” (Fonte: Nota enviada pelo Ministro Plenipotenciário de S. M., o Imperador de todas as Rússias, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 15 fev. 1916. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Recebidos 1900 a 1926. 289/1/22).

Essa família disputava questões de terra já de longa data com os Antoniewicz, sendo que, sobre esses últimos, pairava o boato de terem sido os responsáveis pela morte do próprio Arthur de Paula, em outubro de 1914, ao participarem de um piquete que incendiou a fazenda e matou esse coronel. Tokarski, em artigo que apresenta rapidamente aspectos referentes a essa família de imigrantes, aponta que “[...] é possível que os Antoniewicz tenham participado do incêndio na fazenda Santa Leocádia apenas por motivos pessoais. De fato, eles tinham uma pendenga fundiária com os Souza, com quem ainda travavam disputa judicial em julho de 1918.” (TOKARSKI, 2008, p.275).

De acordo com os documentos anexos à nota do Ministro Plenipotenciário russo, Mariano Antoniewicz havia comprado de Florentino José Marques e de Arthur de Paula e Souza, em 31 de agosto de 1905, cinquenta alqueires de terras situadas na margem esquerda do rio Iguaçu, que faziam parte da fazenda Santa Leocádia. Para Florentino, Mariano pagou a quantia de trezentos mil réis. Arthur de Paula, por sua vez, recebeu o valor de quinhentos mil réis como forma de pagamento do terreno, conforme consta em outro recibo. O coronel reconhecia, dessa forma, o primeiro comprador e se comprometia a passar em favor de Mariano Antoniewicz a escritura formal.

Afirmava a viúva, ainda, que as terras, quando adquiridas, constituíam apenas matas, o que explicava o baixo valor pago pelas mesmas, e que, dispondo de uma grande família, eles conseguiram, em alguns anos de trabalho, cultivar grande área de terras, arranjar bom erval, construir uma boa casa de moradia e outras menores, como também edificar outros espaços próprios para armazenar produtos necessários para a agricultura, bem como ferramentas. Adquiriram também gado vacum, cavalar e suíno, o que fazia dia a dia aumentar os seus bens. Contudo,

O proprietario anterior, tendo vendido parte da sua fazenda a outros colonos, vendo o valor que iam adquirindo as terras cultivadas, começava a se arrepender de tel-as vendido e por todos os meios procurava reentrar na posse dellas, e por isto recusava-se a passar escripturas formaes, tanto mais que o facto de estar sendo construida a Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande dava ainda maior valor ás terras de S. Leocadia que atravessava de lado a lado. (Fonte: Nota enviada pelo Ministro Plenipotenciário de S. M., o Imperador de todas as Rússias, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 15 fev. 1916. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Recebidos 1900 a 1926. 289/1/22).

Relatou ela que o sítio era de causar inveja não só ao ex-proprietário como a todos que o vissem. Por vezes também hospedavam pessoas da administração da Ferrovia, por essa passar muito próximo da casa da família Antoniewicz. Chegaram, inclusive, a hospedar um chefe de um dos destacamentos militares por alguns meses, que, depois de ter passado a residir na casa de um dos empregados da linha férrea, continuava a ter boas relações com eles, que forneciam ao referido destacamento carne e outros gêneros alimentícios.

Além dos recibos enviados como documentos, a fim de comprovar que as terras eram de Mariano Antoniewicz, uma espécie de atestado emitido por um primeiro tenente do regimento de infantaria do Exército, também foi juntado à nota da legação russa, a fim de dar veracidade ao que a viúva afirmava.

Benedicto de [...] Correa, primeiro tenente do 5º Rejimento de Infantaria do Exercito.

Attesto sob palavra de honra que o fallecido Mariano Antonovitch, um filho e um irmão [...] barbaramente assassinados em sua casa por Zacaria de Paula sobrinho e diverços capangas no logar denominado Santa Leocadia, nunca foram fanaticos, e que eram trabalhadores honestos, como tive ocasião de ver quando alli estive [...] com uma Companhia do desesseis batalhão de infantaria. Attesto ainda mais que os assassinos alem das mortes, saquearam e roubaram tudo que poderam carregar e lançaram fogo nas trez casas de propriedade de Mariano deixando a sua familia em extrema miseria. Mariano possuia em Santa Leocadia Trez propriedades e cincoenta alqueires de terras, grande herval, muitos animais, vacuns e bovinos que tudo foi roubado. Durante a minha permanencia em Santa Leocadia, Mariano fornecia a minha força de carne verde, verduras, pães e alguns generos.

E por ser verdade passei o presente attestado que vai lavrado e por mim assignado.

[...] 15 de fevereiro de 1916.

(Fonte: Nota enviada pelo Ministro Plenipotenciário de S. M., o Imperador de todas as Rússias, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 15 fev. 1916. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Recebidos 1900 a 1926. 289/1/22).

Foi com base nos relatos dos vizinhos da família e nesses documentos, enviados pela viúva à autoridade diplomática, que essa, por sua vez, exigiu atenção e justiça à família de Mariano Antoniewicz, conforme tradução a seguir do documento redigido em francês, enviado pela legação russa:

Nestas circunstâncias, bem como Vossa Excelência irá apreciar, sugerem que este é um mal-entendido, que com toda a probabilidade teria sido causado ou facilitado pelo estado de incerteza que reinava em momento do crime na área onde foi cometida, que era então o assunto de uma disputa entre os Estados de Paraná e Santa Catarina.

Pode ser este estado de incerteza quanto ele explica como nenhuma ação foi tomada

pelas autoridades locais após o assassinato e como a viúva do assassinado foi deixada sem justiça ou reparação.

Os membros sobreviventes da família disseram que notificaram a legação imperial dos eventos acima, é meu dever trazê-los ao conhecimento do Governo Federal na certeza de que Vossa Excelência estará dando a sua atenção e fazer justiça à viúva de Antonovich e aos órfãos da única maneira possível agora: tê-los retornar o valor de perdas materiais. Uma lista¹⁰ dessas perdas é anexado abaixo. [...]

Assinado A. Scherbatskoy.

(Fonte: Nota nº 174 enviada pelo Ministro Plenipotenciário da Rússia ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 15 dez. 1916. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Recebidos 1900 a1926. 289/1/22).

Afirmava a autoridade diplomática que, até a data de envio da presente nota ao Ministério das Relações Exteriores, nenhum inquérito havia sido iniciado, nem tão pouco qualquer processo criminal, mesmo com a ciência de todas as autoridades de ambas as margens do rio Iguaçu acerca dos atos criminosos ocorridos. E que a viúva, tendo ficado sem meios de vida, por repetidas vezes tentou apresentar queixas, mas as autoridades locais recusavam recebe-las, declarando não se achara fazenda em local sob sua jurisdição. Atribuía, ainda, essa negligência e omissão ao medo que as autoridades locais tinham de instaurar um processo contra a gente do coronel Fabrício, uma vez que acusava a participação desses homens, juntamente com familiares de Arthur de Paula, no assassinato de seus entes.

Entre os documentos expedidos pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro sobre esse acontecimento, foi encontrada uma primeira correspondência (Fonte: Nota nº 1 enviada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Ministro Plenipotenciário da Rússia. 05 de fev. 1917. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Expedidos 1906 a1926. 289/2/4) em resposta à legação russa, com data de 05 de fevereiro de 1917, quase um ano depois da primeira nota enviada com a reclamação da viúva. Nessa, o ministro das Relações Exteriores Lauro Müller coloca que iria se dirigir ao Ministério da Guerra e ao Governo do Estado de Santa Catarina, cuja resposta faria chegar oportunamente ao conhecimento daquela legação.

A 30 de maio de 1917, o sucessor de Lauro Müller no Ministério das Relações Exteriores, Nilo Peçanha, enviou a seguinte resposta ao Ministro Plenipotenciário da Rússia:

Em additamento á nota nº 1, que o meu antecessor dirigiu a essa Legação em 5 de Fevereiro ultimo, tenho a honra de transmittir a V.Ex. as informações que, sobre a reclamação apresentada pela viuva do subdito russo Marian Antonovich, este Ministerio acaba de receber do Governo do Estado de Santa Catharina.

Segundo essas informações, Marian Antonovitch comprou, de facto, um terreno com 30 alqueires, mais ou menos, pertencente a Arthur de Paula, e que fazia parte da fazenda de S. Leocadia. O pagamento da compra foi effectuado em duas prestações: uma, de

300\$000, em dinheiro: outra, com um documento firmado por Kaezenareki reconhecendo uma dívida de 500\$000.

Quanto ao assalto a propriedade de Antonovich, os filhos de Arthur de Paula não tomaram parte no mesmo, como allega a reclamante, pois que, naquella occasião, se achavam elles no logar denominado Triumpho.

Com relação ao documento de dívida, na importancia de 500\$000, assignado por João Cordeiro, e que a reclamante disse ter sido apprehendido, a viuva do devedor ja fez o respectivo pagamento em terras no valor daquella quantia.

Accrescenta, entretanto, o Presidente do Estado de Santa Catharina que o logar denominado Anta Gorda, onde se deram os acontecimentos, se achava, naquella occasião, sob a jurisdição do Governo Federal.

Por isso, aguardo ainda os esclarecimentos que este Ministerio pediu ao dos Negocios da Guerra, os quaes, logo que aqui chegarem, serão communicados a essa Legação.

Aproveito este ensejo para reiterar a V.Ex. os protestos da minha alta consideração.

Nilo Peçanha

A S.Ex.o Sr. Alexandre Sherbatskoy,

Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Russia.

(Fonte: Nota nº 5 enviada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Ministro Plenipotenciário da Rússia. 30 de mai. 1917. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Expedidos 1906 a 1926. 289/2/4).

A partir dessa nota, parecem ter cessado as correspondências entre os representantes dos dois países, pelo menos mais nada foi encontrado na pesquisa realizada no Arquivo do Itamaraty (ver DALLANORA, 2019). Aqui há que se considerar que, em consequência da Revolução Russa iniciada em outubro de 1917, o Brasil suspendeu as relações diplomáticas com aquele país, o que deve ter prejudicado o andamento das negociações. Contudo, segundo Tokarski (2008, p.275), os descendentes de Arthur de Paula e Souza continuaram a contenda com a família Antoniewicz. A viúva Francisca deu início ao inventário dos bens deixados por Mariano e avaliados em um conto e quatrocentos mil réis, em 18 de outubro de 1921. Na sua certidão de óbito, expedida somente em 04 de maio de 1922, constou que ele havia falecido em casa pela rebelião do fanatismo.

4 | ALGUNS ASPECTOS FINAIS

É interessante mencionar aqui o papel da imprensa na pesquisa desenvolvida sobre os diferentes casos estudados. Ao utilizar dos mesmos como fontes, pode-se perceber a amplitude e o raio de ação que esses importantes veículos tinham na época. Os periódicos davam voz ao imigrante e/ou às famílias das vítimas, investigando e contando em detalhes

os fatos ocorridos, publicando cartas e depoimentos. Também supriam de informações os consulados e, muitas vezes, serviam até mesmo de sede para reuniões e discussões sobre medidas a serem tomadas pela comunidade imigrante, como foi o caso dos jornais estrangeiros no Brasil, que publicaram notas sobre as reuniões da colônia espanhola e italiana a serem realizadas, quando da ocorrência da chacina do Iguçu.

A partir da presente pesquisa é possível perceber como imigrantes de diferentes nacionalidades souberam fazer uso desses veículos como uma poderosa ferramenta. Fosse publicados na língua materna ou em português, no país ou fora dele, os jornais tiveram um importante papel na formação de opiniões, posturas e ações por parte até mesmo dos poderes públicos. Levaram ao conhecimento do público leitor aspectos muitas vezes velados no *front* de batalha ou discutidos longe dos olhos da sociedade, como no quartel general, nos Ministérios ou no Congresso Nacional.

Independente das questões de ordem política partidária, que sempre influenciaram e influenciam a imprensa, utilizá-la como fonte, com os devidos discernimentos, possibilitou perceber aspectos que demonstram o persistente arcaísmo da sociedade brasileira naquele momento e evidenciam a força do poder local, estabelecido a partir das relações de coronelismo instituídas costumeiramente na região. Poder local, que em vez de se sentir acuado e domado pelas forças federais, de forma inovadora, fortaleceu-se a partir das relações de cooperação estabelecidas entre grupos de civis vaqueanos e o Exército brasileiro durante a guerra do Contestado.

A chacina do Iguçu e o caso da família Antoniewicz são estudos que dão continuidade e ajudam a comprovar essa dependência do Exército, suas relações extra oficiais e políticas com os chefetes locais e sobretudo, e seu despreparo, mostrando a fragilidade bélica, contingencial e estratégica daquela quase obsoleta instituição militar.

Mesmo que os responsáveis pela morte dos dezessete homens à beira do rio nunca tenham sido condenados, a chacina do Iguçu pode ser tomada também como um caso emblemático, pois se sabe que muitas mortes de inocentes foram praticadas pelas forças civis, e raros processos investigativos ou inquéritos, foram instaurados para se apurar os responsáveis.

REFERÊNCIAS

DALLANORA, Cristina. **Conflitos no ex-Contestado**: coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira. 2019. 215f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado - III**. A grande ofensiva. v.3. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. (Coleção Farol do Saber).

TOKARSKI, Fernando. Os polacos na Guerra do Contestado. In: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. **A Guerra Santa Revisitada**: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008, p.249-282.

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 